



CAROL CAROLEIRO

POR ELIZABETH DE CARVALHAES,

PRESIDENTE EXECUTIVA DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA DE ÁRVORES (Ibá).

E-mail: faleconosco@iba.org.br

PNRS E O SETOR DE ÁRVORES PLANTADAS

A agenda do desenvolvimento sustentável é desafiadora e apresenta diversas oportunidades para o Brasil. Os setores produtivos contribuem para a evolução dessa agenda de forma cada vez mais nítida, por meio de inúmeros investimentos em novas tecnologias para aprimorar seus processos produtivos, sempre buscando combinar ganhos de produtividade com geração de empregos e preservação dos recursos naturais.

No intuito de aprofundar as contribuições para o desenvolvimento sustentável e colaborar com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), do governo federal, diversos setores da indústria brasileira com atividades afins, como os de embalagens em geral, se uniram para elaborar uma proposta de acordo, na qual assumiram o compromisso voluntário de instituir um sistema de logística reversa para embalagens visando à redução de resíduos secos recicláveis.

O PNRS estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos por parte da cadeia produtiva na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos. Até 2031, a meta do governo federal é diminuir em 45% a fração seca desses resíduos dispostos em aterros.

O setor privado vai contribuir com essa meta fortalecendo canais de logística reversa de embalagens de diversos tipos, incrementando a taxa de recuperação e destinação correta dos resíduos para reutilização, reciclagem e outras formas ambientalmente adequadas de disposição.

Nesse sentido, em 2012 um grupo de associações do segmento de embalagens, coordenado pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) e reunido na chamada Coalizão Embalagens, submeteu ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) proposta de acordo setorial, partindo da premissa da responsabilidade compartilhada. A proposta estipula que cada segmento faça sua parte para que se atinjam objetivos comuns, considerando-se, principalmente, o que já vem sendo feito pelas empresas representadas em prol do meio ambiente.

As 19 entidades reunidas pelo CEMPRE representam os setores de alimentos, bebidas, plásticos e celulose/papel, entre outros. Todas têm em comum a preocupação com a destinação correta das embalagens pós-consumo. No caso das indústrias de celulose e papel, a reciclagem em seu processo produtivo já é uma tradição de longa data, que inclui a logística reversa, já incorporada à rotina do setor.

A proposta de logística reversa criada pelo grupo e apresentada ao governo prevê o aumento da coleta de resíduos sólidos, a criação de novas cooperativas e o apoio às já existentes, visando ao aumento da capacidade de triagem do material, assim como à elevação do número de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) e mais incentivo na educação socioambiental e reciclagem. O controle e a gestão dos programas ficarão a cargo do próprio grupo, que conta com uma importante parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT).

O setor de árvores plantadas tem um histórico em logística reversa bastante positivo, com fortes investimentos em práticas sustentáveis, algo que impacta toda a cadeia produtiva, das florestas aos produtos acabados que chegam ao mercado. Prova disso é o alto índice de recuperação de papel para embalagem, que atinge cerca de 72% anualmente em circulação no País.

Outro ponto deve ser reforçado: a matéria-prima para produzir todo e qualquer papel no Brasil tem origem em fontes renováveis – as árvores plantadas de pínus e eucalipto. O processo de reciclagem, portanto, já trabalha com um produto de base sustentável.

Por outro lado, também deve ser considerada a limitação no potencial de reciclagem do setor, levando-se em conta a quantidade de vezes de reaproveitamento do material, assim como a necessidade de uma parcela mínima de matéria virgem no processo de reciclagem, garantindo a qualidade dos produtos finais.

Há ainda a considerar que uma importante parcela de papel para embalagem acaba não sendo recuperada, uma vez que não é descartada pelo consumidor, acabando utilizada para outros fins, como arquivo, por exemplo.

Colocada sob consulta pública, a proposta da Coalizão recebeu mais de 900 contribuições, o que levou o MMA a divulgar, em março deste ano, um novo texto do documento, incluindo 61 pontos extraídos dos comentários recebidos. A Coalizão entra, agora, em negociação com o governo, para definir se aceitará todos os pontos incluídos no texto.

O setor de árvores plantadas está pronto para cumprir sua parte no PNRS e espera o comprometimento de todos os elos da cadeia para que o sistema proposto atenda com sucesso a todos os seus objetivos. ■